

A imigração e a agricultura no Alentejo no século XXI ***Immigration and agriculture in Alentejo in the 21st century***

João Miguel Carvalho*

Resumo Desde a década de 2000, Portugal tem assistido a um processo de reestruturação do setor agrícola e a emergência do setor agroindustrial. Tal como noutros países industrializados, o crescimento da produção agrícola tem sido acompanhado pela desertificação do meio rural em virtude da emigração para os polos urbanos e países estrangeiros. Neste contexto, a elevada procura de mão de obra, maioritariamente com carácter sazonal, tem motivado o desenvolvimento de intensos fluxos imigratórios para o meio rural, nomeadamente para o Alentejo, suportados pela atividade de redes internacionais de recrutamento de mão de obra. Esta investigação apresenta os resultados dum inquérito realizado com os principais empregadores e com os trabalhadores estrangeiros integrados no setor agrícola da região, incluindo ainda propostas em termos de políticas públicas relativamente a esta temática.

Palavras-chave imigração, agricultura, Alentejo, meio rural, falta de mão-de-obra.

Abstract During the 2000s, Portugal observed a process of restructuration of the national agricultural sector and the emergence of agro-industry. Similarly to other industrialized countries, the growth of the agricultural sector was followed by the depopulation of the rural areas due to emigration to urban areas and foreign countries. Within this context, the intense demand for workers, mostly with a season character, has fuelled intense immigration flows into the rural areas, in particular Alentejo, supported by the international networks of foreign workers. This research presents the data collected through the application of an anonymous survey with employers and foreign workers integrated in the agricultural sector in Alentejo. Recommendations for the development of public policies are also included in the analysis.

Keywords **Keywords:** immigration, agriculture, Alentejo, rural area, lack of manpower

* CIES-ISCTE, Investigador Principal, Email: Joao.Miguel.Carvalho@iscte-iul.pt.

A imigração e a agricultura no Alentejo no século XXI¹

João Miguel Carvalho²

Introdução

A partir da década de 2000, Portugal observou o desenvolvimento dum processo de reestruturação do setor agrícola nacional. Durante largas décadas, o peso do setor agrícola na economia nacional foi visto como sendo um sinal do subdesenvolvimento nacional relativamente a outros Estados membros da União Europeia. Até então, a maioria das empresas agrícolas tinha um carácter tradicional, baseado em explorações de pequena dimensão com um carácter familiar que exigia pouca mão-de-obra. A partir do século XXI, o setor agrícola transformou-se profundamente com o investimento de multinacionais, o aumento da dimensão das explorações agrícolas, a intensificação e verticalização do processo produtivo, e a reorientação da produção para o setor das exportações. Nesse mesmo período, a transformação dalgumas zonas rurais portuguesas foi bastante acelerada, sendo simultaneamente acompanhada pela crescente desertificação em termos populacionais em consequência da emigração dos cidadãos portugueses para os polos urbanos e países estrangeiros. Este paradoxo de crescimento económico e despovoamento potenciou o surgimento de intensos fluxos imigratórios para o meio rural em Portugal.

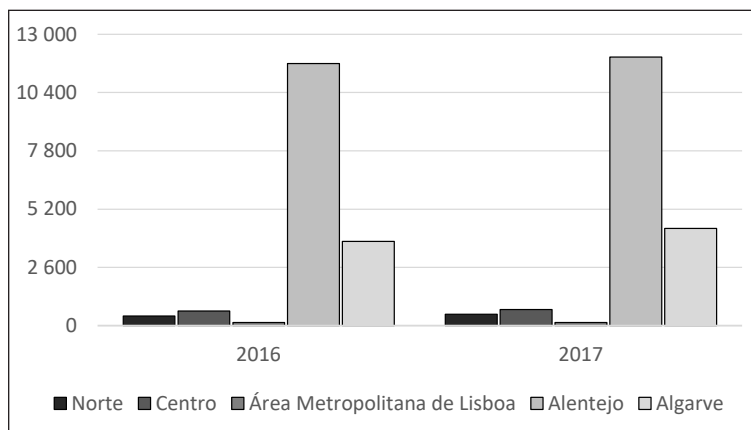
Ao longo deste processo de reestruturação, a região do Alentejo tem sido especial fonte de atração de investimentos no setor agrícola e de fluxos imigratórios dada a vocação da região para este segmento de produção. O crescimento económico verificado na agricultura foi potenciado pelo investimento público em infraestruturas hidráulicas, nomeadamente em canais de regadio. A conclusão do projeto da Barragem do Alqueva em meados da década de 2010 e a extensão dos canais de regadio possibilitou o desenvolvimento da agricultura intensiva no concelho de Beja e áreas adjacentes, com base na cultura intensiva de olival, vinha ou amendoal. Em paralelo, observou-se a conclusão do Perímetro de Rega do Mira proveniente da Barragem de Santa Clara no concelho de Odemira, sendo que a área beneficiada envolve maioritariamente a faixa costeira (entre Vila Nova Milfontes e a povoação do Rogil) abrangendo o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina. Portanto, os perímetros de rega do Alqueva e do Mira constituem os dois principais polos agrícolas da região do Alentejo.

Nas áreas adjacentes ao Cabo Sardão no concelho de Odemira, observam-se condições climáticas excecionais as quais potenciaram o desenvolvimento de horticultura e a cultura intensiva de pequenos frutos de baga em estufas (morangos, framboesas). A especialização deste perímetro de rega neste segmento de produção é possível aferir através da análise da dispersão geográfica da produção de framboesa a nível nacional (Gráfico 1). O crescimento económico deste setor tem sido bastante resiliente e não foi afetado pela crise económica de 2008, nem pela crise financeira observada em 2011 porque a sua produção destina-se à exportação para outros países europeus³. Este fator inoculou este segmento da agricultura das sucessivas crises e sustentou a elevada procura de mão de obra para o litoral alentejano. Enquanto se assistiu ao declínio da população estrangeira em Portugal depois da crise económica observada desde 2008, a região do Alentejo

apresentou uma taxa de crescimento significativa em contraciclo à tendência nacional (Esteves *et al.*, 2017).

No entanto, as questões dos fluxos migratórios no Alentejo apenas tiveram especial destaque nos meios de comunicação nacionais no contexto da pandemia de COVID-19 em 2021. Neste contexto, o governo português foi forçado a impor uma cerca sanitária no concelho de Odemira devido à elevada taxa de infeção observada nesta localidade. Consequentemente, o papel das redes de recrutamento de mão de obra, as condições de habitação dos trabalhadores agrícolas e outros problemas sociais da população imigrante deixaram de ser percecionados como um problema local e transformaram-se brevemente num tema da política nacional. Neste contexto, este artigo irá apresentar as principais conclusões dum projeto de investigação desenvolvido no final da década de 2010 com os seguintes objetivos: identificar os fatores que motivam a procura de mão de obra estrangeira na agricultura no Alentejo, explorar as condições de vida e expectativas dessa população imigrante, e investigar o papel do Estado português na regulação deste fenómeno através de políticas públicas. Nas próximas duas secções será apresentada a revisão da literatura, primeiro sobre a economia política dos fluxos laborais para países industrializados. A segunda secção irá rever os principais conceitos da literatura sobre imigração e agricultura. As restantes secções do artigo irão desenvolver o estudo de caso da imigração na agricultura da região do Alentejo com base na metodologia referida anteriormente.

Gráfico 1 – Produção da cultura de framboesa (t) por localização geográfica a nível nacional



Fonte: INE, 2019

Economia política da imigração laboral

As investigações sobre o tema da imigração inspirada na economia política exploram os motivos pelos quais os estados industrializados recebem imigrantes para fins laborais.

Estes estudos podem ser desagregados em três principais vertentes de análise: as consequências para o mercado de trabalho, os efeitos da migração nos salários e nos rendimentos, e o impacto fiscal da migração (Freeman e Kessler, 2008; Ruhs, 2008). A investigação sobre o mercado de trabalho explora as ligações entre as admissões de recém-chegados e as taxas de procura interna de mão-de-obra. Existe um debate de longa data sobre a contribuição dos imigrantes para a redução da escassez de mão-de-obra em setores económicos específicos, potencialmente criada por um desajuste a nível de competências ou pela perceção de um carácter social pouco atraente (Piore, 1979). Embora seja difícil estimar o número de recém-chegados necessário para colmatar a falta de mão de obra disponível, escassezes particulares de mão-de-obra podem ser eliminadas com recurso a aumento de salários e melhoria da atratividade desses empregos. Por conseguinte, a dimensão e a ocorrência da escassez de mão-de-obra estão estreitamente ligadas ao preço do trabalho (Ruhs e Anderson, 2010).

Para além da contratação de trabalhadores estrangeiros para suprir escassezes de mão-de-obra, existem outras opções à disposição dos empregadores dos setores económicos mais afetados, tais como: a modernização do processo de produção, o recurso a *outsourcing*, a transição para indústrias com menor necessidade de mão-de-obra ou o investimento na formação dos trabalhadores. No entanto, a aplicação destas opções varia de acordo com as diferentes áreas da atividade económica devido a fatores causais como: dependência de financiamento público, concorrência intensa no mercado, preocupações com rentabilidade e a dependência de estratégias de emprego de baixo custo (Ruhs e Anderson, 2010). Como tal, empregadores de setores económicos com menos opções à sua disposição para fazer face à escassez de mão-de-obra, tais como o setor agrícola, têm mais incentivos para procurar influenciar o processo de elaboração de política pública a favor da expansão da imigração. Este padrão estrutural reforça a observação de um modelo de política *clientelista* (Freeman, 1995).

Uma segunda vertente de análise económica de política de migração examina o impacto da imigração na estrutura salarial do mercado nacional de trabalho. De acordo com modelos neoclássicos, o fluxo de imigrantes expande o universo de trabalhadores disponíveis e a disponibilidade de ativos produtivos, contribuindo para o aumento da riqueza nacional. Ao mesmo tempo, este fenómeno gera uma redistribuição de rendimentos dos trabalhadores nacionais, que enfrentam uma concorrência crescente no seu estrato do mercado de trabalho, a favor dos imigrantes e dos empregadores (Borjas, 1995). A pedra angular deste modelo é a forma através da qual os benefícios derivados da imigração por grupos específicos irão compensar as perdas sofridas pelos mais afetados por este fenómeno social (Freeman e Kessler, 2008). Finalmente, uma terceira vertente da análise económica explora as consequências da imigração no balanço fiscal interno através da avaliação da distribuição das receitas e despesas geradas por este fenómeno social nas finanças públicas (OCDE, 2013). O saldo das contribuições dos imigrantes pode influenciar as coligações de apoiantes e opositores da imigração de uma forma diferente da de uma maior concorrência laboral, pois os contribuintes, tanto ao nível local como nacional, podem sentir-se lesados pelos custos associados à imigração. Veremos então, como estas três vertentes ajudam a compreender o desenvolvimento da imigração para o Alentejo.

Imigração e agricultura

A migração dos trabalhadores - tanto em termos geográficos como em termos ocupacionais de atividades relacionadas com a exploração agrícola - consiste numa das maiores transformações observadas neste setor económico ao longo do século XX (Martin e Taylor, 2003). O êxodo rural está interligado com o crescimento dos rendimentos dos trabalhadores urbanos, o aumento das oportunidades no setor dos serviços e o declínio do prestígio social associado com a agricultura (Scott *et al.*, 2008). Consequentemente, diversos países industrializados implementaram estratégias de recrutamento de trabalhadores estrangeiros oriundos de zonas rurais de forma a preencher as lacunas observadas em termos de procura de mão de obra ao nível doméstico. Estudos realizados nos EUA em meados da década de 1990 estimavam que 69 por cento dos trabalhadores sazonais envolvidos atividades agrícolas tinham nacionalidade estrangeira, tendência essa que se mantém na atualidade (Taylor e Martin, 2002). No Reino Unido, os imigrantes constituem um quarto do total de trabalhadores empregados na agricultura (Geddes e Scott, 2010).

Ao nível internacional, existem diversos estudos sobre a imigração para meio rural nos países que compõem o espaço do mediterrâneo (Kasimis e Papadopoulos, 2005; Corrado *et al.*, 2017). Esta tendência de crescente interesse por esta área geográfica teve um forte impulso após os eventos dramáticos na localidade de El Ejido, após motins e violentos ataques sobre os trabalhadores estrangeiros aí residentes no contexto dum crime violento. Eventos com níveis de violência semelhantes foram observados no sul de França em 2005 e em Itália em 2010 (Corrado *et al.*, 2017). Porém, existe muito pouca literatura disponível sobre o caso português e o estudo do impacto da imigração no setor agrícola teve um desenvolvimento bastante limitado até à atualidade (Pereira *et al.*, 2016; Sampaio e Carvalho, 2017).

Os conceitos base da literatura sobre imigração em contexto rural envolvem: imigração laboral, segmentação do mercado laboral, e sazonalidade. Segundo a Convenção da Organização Internacional do Trabalho, a imigração laboral refere-se a pessoas que mudam de país tendo em vista obter emprego por conta doutrem. A imigração laboral distingue-se através dos níveis de qualificação dos trabalhadores estrangeiros, bem como pelos níveis de conhecimento técnico pelas profissões desempenhadas pelos trabalhadores estrangeiros. Os países de acolhimento podem selecionar os imigrantes de acordo com o seu grau de qualificação laboral. A segmentação do mercado de trabalho refere-se a uma teoria que descreve como os trabalhadores estrangeiros se inserem economicamente nas ocupações que estão no fundo do mercado de trabalho em termos de condições de trabalho de renumeração financeira (Piore, 1979).

Esta teoria indica que os trabalhadores estrangeiros deparam-se com diversos obstáculos para conseguir ascender socialmente no mercado de trabalho, havendo uma estratificação com base na duração do emprego, nível de informalização, modelo de contratação direta ou indireta, formas de renumeração, género e nacionalidade dos trabalhadores (Rye e Scott, 2018). O conceito de sazonalidade indica que a produção e o trabalho agrícola têm um carácter delimitado no tempo, não sendo possível produzir durante o ano inteiro devido às características climáticas e biológicas da cadeia produtiva. Portanto, os núme-

ros de trabalhadores envolvidos no processo produtivo detêm elevada variação ao longo do ano, com especial incidência no período da colheita das culturas agrícolas.

No geral, o setor agrícola é caracterizado pela utilização intensiva dos trabalhadores no processo produtivo, significando que os custos laborais atingem um terço do custo total da produção (Martin, 2003). Contrariamente a outros setores económicos como a indústria, as explorações agrícolas não se podem deslocalizar geograficamente para áreas onde existe maior oferta de mão de obra. Desta forma, a carência de mão de obra poderá inviabilizar a rentabilidade duma empresa agrícola. Como veremos, a possibilidade de encetar a modernização do processo produtivo varia sobretudo em função da cultura agrícola, sendo que a fragilidade dos pequenos frutos de baga impede a mecanização do processo de colheita ao contrário do olival ou vinha (Martin, 2003). As características biológicas dos produtos agrícolas irão assim determinar a necessidade de mão de obra e a possibilidade de mecanizar o processo produtivo por parte dos empregadores.

A elevada efemeridade dos produtos agrícolas coloca uma pressão adicional sobre os produtores para realizarem a sua colheita em períodos que são necessariamente de curta duração, correndo o risco de perder uma proporção significativa da produção em situações de rutura de mão de obra. Dada a sazonalidade da produção agrícola, os trabalhadores deste setor raramente estão inseridos doze meses do ano numa única exploração agrícola. A falta dum vínculo estável e a ausência de rendimento durante longos períodos do ano significa que os trabalhadores agrícolas estão particularmente vulneráveis a condições de pobreza, como verificado na região da Califórnia nos Estados Unidos da América (Martin, 2003). Na secção seguinte, veremos a metodologia que sustentou o projeto de investigação do qual apresentamos as principais conclusões.

Metodologia

Ao nível dos métodos de investigação sobre a integração de trabalhadores estrangeiros no mercado laboral, existem duas perspetivas: a abordagem de cima para baixo baseada em métodos extensivos, e a vertente de baixo para cima alicerçada em métodos intensivos (Scott *et al.*, 2008). O projeto de investigação que inspira este artigo adotou uma abordagem mista, ou seja, que integra as duas vertentes. A primeira perspetiva assenta na utilização de métodos de investigação extensivos baseados na análise de dados estatísticos recolhidos por diversos organismos estatais e privados referentes ao mercado laboral nas décadas de 2000 e 2010. Esta perspetiva providencia uma análise macro do impacto da imigração no setor agrícola nacional que permitirá compreender padrões de inserção dos trabalhadores de estrangeiro no mercado laboral da região do Alentejo. Desta forma, a próxima secção apresenta os principais traços da imigração laboral para a região do Alentejo, e a sua estreita relação com o crescimento da produção agrícola.

A segunda abordagem privilegia dados empíricos com um carácter mais fino/detalhado recolhidos no terreno através da utilização de métodos de investigação intensivos. Neste sentido, o projeto de investigação envolveu administração de inquéritos por questionário anónimo com os empregadores agrícolas e com os trabalhadores imigrantes que operem no Alentejo. Em paralelo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas durante o

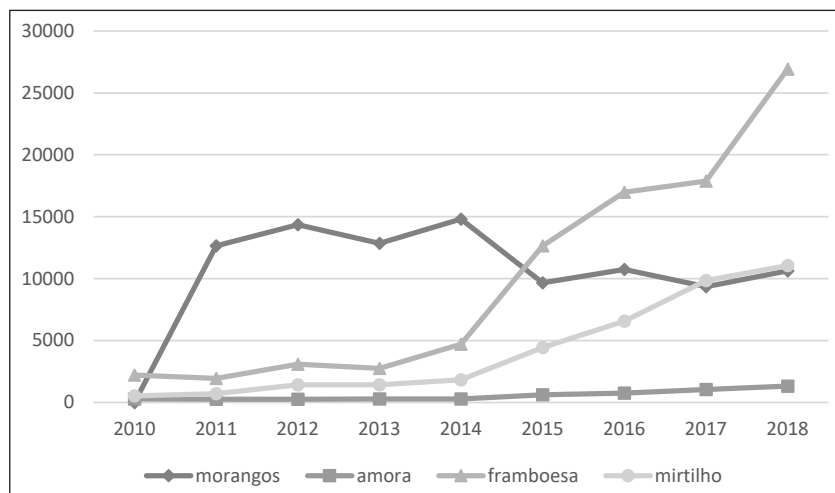
ano de 2019 com os principais empregadores de mão de obra estrangeira de forma a complementar os resultados do inquérito durante o ano. Desta forma, foram recolhidas 56 respostas válidas de empresas agrícolas, mas a amostra final está enviesada devido à existência duma sobre representação de empresas localizadas na área de regadio do Alqueva. Este problema reflete a total recusa dos empregadores localizados do perímetro de rega do Rio Mira em colaborar na aplicação tanto do questionário como das entrevistas (Teixeira, 2020a). Através da aplicação do questionário aos trabalhadores estrangeiros economicamente ativos no setor agrícola, obtivemos 75 resposta válidas de respostas de trabalhadores estrangeiros, quase todos residentes no concelho de Odemira (Teixeira, 2020b). Devido a constrangimentos financeiros, foi impossível alargar a amostra do questionário, bem como aumentar a sua cobertura geográfica. A realização destes questionários devia ter um carácter periódico e regular, ficando sobre a responsabilidade da Comissão de Desenvolvimento Regional do Alentejo para se poder conhecer a realidade no terreno.

A imigração no Alentejo

O desenvolvimento da imigração para o Alentejo começou a ganhar intensidade com a segunda vaga de imigração para Portugal observada no início da década de 2000 oriunda sobretudo em países do leste da Europa, principalmente na Ucrânia e na Moldávia (Carvalho, 2018). Esta vaga de imigração distinguiu-se da vaga anterior pela sua elevada dispersão geográfica em território nacional, tendo a presença de cidadãos não europeus para fins laborais se estendido ao meio rural em vez de se concentrar nos principais polos urbanos nacionais como até então tinha sido observado (Fonseca, 2008). Desta forma, um contingente importante de cidadãos de leste integrou-se economicamente no setor agrícola e providenciou a mão-de-obra necessária para sustentar o início do processo de reestruturação deste setor económico na região do Alentejo. Dada a variação observada nas principais culturas agrícolas produzidas no perímetro de rega do Alqueva daquelas produzidas na área de regadio do Mira, os padrões migratórios têm também um carácter distinto ao longo ano uma vez que a intensidade e a duração dos picos dos fluxos migratórios está estritamente interligada às características da produção agrícola.

A produção de pequenos frutos de baga requer uma colheita manual e o uso intensivo de mão de obra durante vários meses do ano (fevereiro a novembro), e sobretudo durante o pico de produção observado nos meses do verão. Por exemplo, um hectare de produção de framboesa em estufa requer o mínimo de dez trabalhadores diariamente, número que pode aumentar durante o pico da campanha, e pode produzir quinze toneladas deste produto agrícola. O elevado crescimento da produção nacional de frutos de baga observado durante a década de 2010 não seria possível sem o contributo da mão-de-obra estrangeira (Gráfico 2). Em contrapartida, a produção de olival, amêndoa ou vinha também observou um forte crescimento nas últimas décadas, mas requer um contingente reduzido de trabalhadores no primeiro semestre em comparação à elevada necessidade de mão de obra durante o período da vindima, ou da colheita do olival ou amêndoa que decorre no segundo semestre do ano. Ademais, a produção de grande parte das culturas agrícolas localizadas no perímetro de rega do Alqueva pode ser mecanizada contrariamente à produção dos pequenos frutos de baga, devido à fragilidade destes produtos agrícolas.

Gráfico 2 – Produção anual de pequenos frutos de baga em Portugal (em toneladas)



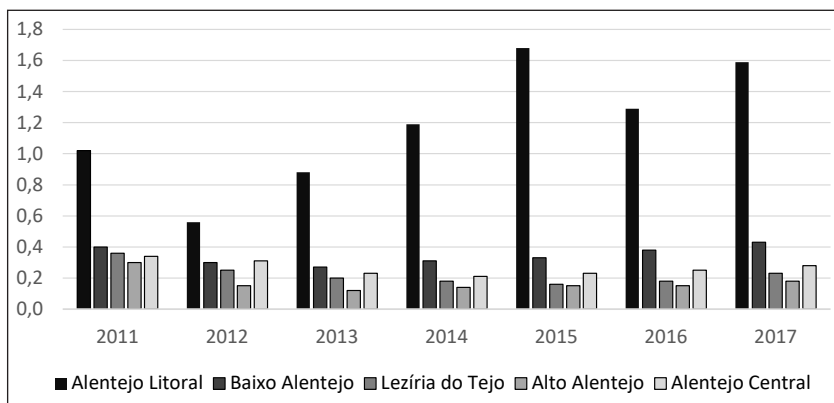
Fonte: INE, 2019

Consequentemente, as dinâmicas dos fluxos migratórios irão necessariamente variar em função das principais culturas produzidas, sendo que no perímetro de rega do Alqueva observa-se a o fluxo maciço e temporário de cidadãos provenientes de países localizados no leste da Europa no segundo semestre do ano. Estes fluxos migratórios são suportados por redes de recrutamento de trabalhadores, que já estavam ativas em Espanha ainda antes da conclusão da extensão dos canais de regadio do Alqueva. Em contraste, a produção de pequenos frutos de baga no perímetro de rega do Mira requer o emprego de largos contingentes de cidadãos estrangeiros durante grande parte do ano, atingindo o pico de produção no verão. Portanto, a intensidade da imigração na costa vicentina supera largamente as tendências observadas no resto da região do Alentejo como é possível aferir pela desproporção de pedidos de regularização dos imigrantes efetuados no Alentejo litoral em comparação às restantes áreas de residência na região (Gráfico 3). Por fim, deve-se salientar que o desenvolvimento da agricultura biológica tem necessidades de mão-de-obra superiores às tendências observadas em cultivo que utilizam pesticidas, porque requer intervenções mais céleres e intensas para evitar a propagação de doenças.

Tal como descrito anteriormente, a crise de 2008 significou o abandono de muitos cidadãos oriundos do Leste Europeu de território nacional enquanto a terceira vaga de imigração (observada sobretudo depois de 2003) constituída sobretudo por cidadãos brasileiros teve menor dispersão geográfica e maior inserção no setor dos serviços, portanto, menor impacto no setor agrícola (Fonseca, 2008). Neste contexto, os fluxos de imigração para o Alentejo passaram a ser maioritariamente provenientes do Sudoeste Asiático durante a década de 2010, havendo ainda uma bolsa significativa de trabalhadores oriundos dos

países do leste da Europa. Em 2021, existiam mais de 9,600 imigrantes residentes no concelho de Odemira, com origem no Nepal, Índia, Bulgária e Tailândia (Lusa, 2021) Estes cidadãos entram em território nacional com vistos de curta duração, permanecendo no país em situação irregular depois de ultrapassarem o prazo legal desses vistos. Ao abrigo do artigo 54 da Lei n.º 102/2017, os imigrantes podem regularizar a sua situação legal se realizarem prova de integração do mercado de trabalho, bem como a posse de um número de segurança social. O tempo de espera para os imigrantes acederem à regularização do seu estatuto permanência pode variar entre cinco meses e três anos após a entrada do seu pedido no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (Pereira *et al.*, 2021).

Gráfico 3 – População estrangeira que solicitou estatuto de residente por 100 habitantes por local de residência



Fonte: INE, 2019

A elevada concentração de cidadãos estrangeiros para fins laborais no perímetro de rega do Mira tem suscitado diversos conflitos de interesses, os quais adquiriram uma visibilidade acrescida durante a pandemia de Covid-19. O concelho de Odemira em particular tem sido marcado pelo conflito de interesses entre o setor da agroindústria e o setor do turismo, bem como pelo conflito entre o objetivo de proteger o Parque Natural Vicentino e o impacto das explorações agrícolas no meio ambiente (Pereira *et al.*, 2016). Um dos principais impactos da imigração nesta área geográfica consiste na habitação disponível, uma vez que o crescimento do número de imigrantes residentes gera uma elevada pressão sobre o número de casas disponíveis. Na ausência de legislação sobre a sobrelotação de habitação para fins residenciais (o delegado de saúde apenas pode avaliar a salubridade dos imóveis), assistiu-se à exploração do acesso dos imigrantes ao mercado de habitação, sendo frequente existirem dez indivíduos a residir numa única fração das residências disponíveis. Este fenómeno de sobrelotação habitacional gera pequenos conflitos com a população local. No sentido de procurar de minimizar o problema, o governo português autorizou a instalação provisória de alojamentos temporários amovíveis nas explorações agrícolas sediadas em pleno parque natural ao abrigo da Resolução do Conselho de Mi-

nistros n.º 179/2019. Esta medida teria um carácter provisório com um prazo de dez anos de forma a incentivar soluções de longo prazo de acordo com o Ministro do Ambiente.

Em reuniões com o Estado português realizadas em 2018, os empregadores agrícolas demonstram-se mais interessados na ampliação da área destinada à ocupação de culturas protegidas por cobertura de 30 por cento para 60 por cento do perímetro de rega do Mira do que na resolução dos problemas de habitação observados na região. Por conseguinte, as necessidades de mão-de-obra subjacentes a esse aumento da área destinada à cultura intensiva de pequenos frutos de baga significaria a duplicação da população imigrante na região, bem como o aumento da pressão sobre o parque habitacional, meio ambiente e serviços públicos. Esta opção foi rejeitada pelas autoridades portuguesas (GTMira, 2018). Três anos mais tarde, o combate à pandemia de Covid-19 expôs a sobre ocupação e as carências do parque habitacional no concelho de Odemira, bem como a fraca implantação dos alojamentos temporários (229 unidades em 2021). Desta forma, a legislação excecional teve pouco impacto no terreno. A partir de 2020, o Estado português criou a possibilidade da instalação de alojamentos temporários amovíveis serem cofinanciados por fundos públicos através do Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020.

Por fim, Odemira beneficia da existência dum Centro Local de Atendimento do Imigrante (CLAI) localizado na freguesia de São Teotónio, no qual os imigrantes podem realizar o seu pedido de regularização às autoridades portuguesas. O financiamento deste serviço público é assegurado através duma parceria entre a autarquia, empregadores agrícolas e empresas de trabalho temporário localizadas na região. Por um lado, este serviço público tem um papel importante na gestão dos fluxos migratórios para a região dada a facilidade dos imigrantes integrarem o setor agrícola e simultaneamente iniciar o processo de regularização do estatuto legal. Por outro lado, o CLAI é desprovido de assistência jurídica aos seus utentes e, portanto, incapaz de prestar auxílio aos imigrantes em questões de exploração laboral, ou outras questões legais que sejam do seu interesse como o acesso à habitação. O alargamento dos serviços de apoio prestados pelo centro aos imigrantes poderia ter um impacto positivo nas condições de vida destes trabalhadores em comparação à atualidade. Após esta contextualização da imigração na região do Alentejo, iremos analisar os resultados dos questionários com os empregadores agrícolas.

A procura de mão de obra estrangeira no setor agrícola

Como vimos anteriormente, a expansão do setor agrícola em Portugal tem sido paradoxalmente acompanhada pelo crescente despovoamento dos meios rurais. Esta tendência confirma-se na região do Alentejo, onde mais de dois terços dos empregadores agrícolas inquiridos reportaram dificuldades significativas no recrutamento de mão de obra nas proximidades das suas explorações agrícolas. Ademais, a falta de trabalhadores agrícolas disponíveis terá sido acentuada nos seis meses anteriores à realização do questionário, indicando que as dificuldades de recrutamento serão acrescidas num futuro próximo, ameaçando a viabilidade de futuros investimentos agrícolas (Teixeira, 2020a: 12). Em paralelo, esta tendência irá sustentar a atividade de redes de recrutamento de trabalhadores estrangeiros para colmatar a escassez de trabalhadores nacionais dispo-

níveis. Através das entrevistas com os empregadores, foi possível identificar que a falta de mão de obra abarca tanto o segmento de trabalhadores semiqualeificados (tratoristas, operadores de máquinas, adegueiros, vindimeiras) como de trabalhadores desqualificados. A escassez de trabalhadores semiqualeificados reflete a falta de articulação entre a formação profissional disponível na região e as necessidades atuais do setor agrícola observadas na região. Outro dos problemas reportados consiste na falta de especificação de categorias profissionais relacionadas com a atividade agrícola no contrato coletivo do trabalho, onde existem apenas dois grupos: operador agrícola e condutor de máquina agrícola.

A falta de trabalhadores nacionais é associada pelos empregadores a fatores tais como a: desvalorização social da atividade agrícola, salários pouco atrativos, ou a elevada intensidade física das jornadas de trabalho (Teixeira, 2020a: 14). Devido à persistência destes fatores, a falta de mão de obra disponível dificilmente será invertida a curto prazo e a dependência estrutural de trabalhadores estrangeiros será agravada no futuro próximo. Portanto, o desenvolvimento dos fluxos migratórios para o Alentejo está profundamente interligado com a escassez de mão-de-obra nesta área geográfica. Consequentemente, os empregadores inquiridos reportaram o crescente recurso a empresas prestadoras de serviços para o desempenho de tarefas diversas, a utilização de tecnologia de forma a mecanizar o processo produtivo e reduzir a utilização de trabalhadores, e por fim, empresas de trabalho temporário para realizar o *outsourcing* do recrutamento de mão de obra (Teixeira, 2020a:16). Tanto as empresas prestadoras de serviços como as empresas de trabalho temporário dedicam-se sobretudo a gerir a alocação de trabalhadores estrangeiros para este setor económico dada a falta de trabalhadores nacionais disponíveis. Enquanto estas últimas empresas tem elevada dimensão e são sujeitas a um intenso escrutínio das autoridades portuguesas, a desregulamentação das empresas prestadoras de serviços possibilita a existência de entidades que praticam a evasão fiscal, exploração laboral dos seus trabalhadores, e outros atos ilícitos.

Tal como noutros países industrializados, existe uma elevada dificuldade do Estado Português em regulamentar a atividade de pequenas empresas prestadoras de serviços, registando-se uma forte incidência de irregularidades legais entre estas empresas. Quando sujeitas a processos judiciais por parte das autoridades portuguesas, as empresas prestadoras de serviços são encerradas enquanto os seus responsáveis reabrem atividade através da criação de novas entidades empresariais. Esta situação distorce o mercado de trabalho e favorece a concorrência desleal entre empresas. Através da Lei n.º 28/2016, o governo português corresponsabiliza criminalmente as empresas agrícolas que contratem empresas prestadoras de serviços que não cumpram a legislação. Por conseguinte, as empresas agrícolas de elevada dimensão indicam que esta medida externaliza o controlo da imigração irregular para a sua responsabilidade, com custos financeiros importantes e perturbações no processo de produção. Estas medidas indicam que o Estado Português continua a interpretar o problema da imigração irregular na agricultura como uma questão do foro policial em vez de natureza política. Paradoxalmente, a desregulamentação do mercado de trabalho é assim acompanhada pelo aumento das obrigações legais exigidas aos empregadores, principalmente aos de elevada dimensão que estão sujeitos a um grau de fiscalização superior que as explorações de pequena dimensão.

De acordo com os empregadores inquiridos, as principais vantagens em contratar trabalhadores estrangeiros consiste na disponibilidade para trabalhar horas extraordinárias, a sua elevada produtividade e a ética profissional demonstrada (Teixeira, 2020a: 17). Dada a existência duma dependência estrutural da mão de obra estrangeira no setor agrícola do Alentejo, quase metade dos empregadores da região inquiridos pelo questionário do projeto revelaram disponibilidade para recrutar os seus trabalhadores diretamente nos países de origem, embora seja atualmente um processo burocrático bastante penoso (Teixeira, 2020a: 20). Porém, os mesmos inquiridos indicaram uma fraca disponibilidade para ajudar a suportar os custos de transporte desses trabalhadores dos países de origem para Portugal. As empresas agrícolas contactadas indicaram ainda a sua indisponibilidade para suportar os custos da regularização dos trabalhadores estrangeiros empregados nas suas explorações (Teixeira, 2020a: 22).

Em paralelo, os dados do questionário permitiram aferir que mais de metade das empresas (quase cerca de 60 por cento) contactadas indicaram a sua indisponibilidade para suportar os custos da habitação dos seus trabalhadores estrangeiros (Teixeira, 2020a: 22). Através das entrevistas foi possível identificar uma elevada diversidade no tecido empresarial, havendo empregadores de vastas explorações agrícolas que financiaram a construção de habitação modular, tendo criado organizações-não-governamentais para providenciar serviços de saúde e apoio social às famílias dos seus trabalhadores. Existem empregadores e autarcas na região que estão disponíveis para criar alojamento para trabalhadores agrícolas, mas a falta de legislação sobre esta matéria foi apontada como sendo um obstáculo. No geral, os empregadores agrícolas sediados em localidades com fraca disponibilidade de mão-de-obra estrangeira ou mais interessados na fixação geográfica dos trabalhadores estrangeiros tendem a realizar propostas de trabalho mais atrativas do que os empregadores sediados em localidades onde existe elevada concentração de imigrantes. Nos primeiros casos, os empregadores agrícolas oferecem renumeração mensal, prémios de produtividade, habitação e transporte para abastecimento de forma a atrair os trabalhadores estrangeiros para as suas explorações, enquanto os empregadores que dispõem de elevada oferta de mão-de-obra limitam-se a oferecer salários e prémios de produtividade.

Em suma, os empregadores agrícolas da região dependem da mão-de-obra estrangeira dada a escassez de trabalhadores disponíveis. Porém, uma maioria desses atores rejeita cofinanciar os custos relacionados com o processo emigratório, bem como a permanência dos trabalhadores imigrantes em território nacional. Noutros países europeus, os empregadores são corresponsabilizados pela regularização do estatuto legal dos seus países ou pelos custos de transporte ao abrigo de programas de contratação temporária de trabalhadores estrangeiros. Em paralelo, o Estado português encetou esforços para criar canais de imigração regulares através da celebração de acordos bilaterais sobre imigração legal de trabalhadores com os países de origem de forma a reduzir os custos relacionados com o processo emigratório dos trabalhadores e possibilitar a sua entrada no país com estatuto regular. Por conseguinte, o Estado português celebrou em setembro de 2021 um acordo com a Índia sobre recrutamento de cidadãos indianos para fins laborais, estando prevista a formalização doutro acordo semelhante com Marrocos. Na secção seguinte iremos abordar os resultados da análise da perspetiva dos trabalhadores sobre a sua integração laboral no setor agrícola da região do Alentejo, com especial enfoque no concelho de Odemira.

Condições de trabalho e de vida dos trabalhadores estrangeiros agrícolas na região do Alentejo

Através da realização dos inquéritos por questionário anónimo com os trabalhadores imigrantes localizados no concelho de Odemira foi possível confirmar que os fluxos migratórios nesta localidade têm sobretudo origem na Índia e no Nepal, havendo ainda respondentes oriundos dos países de leste. Em termos de níveis de formação académica, quase metade dos imigrantes inquiridos indicaram ter formação no ensino superior, tendência que indica para o excesso de qualificações para o trabalho desempenhado (Teixeira, 2020b: p. 8). Este desfasamento resulta no desperdício da formação desses trabalhadores estrangeiros. Em paralelo, os inquéritos permitiram aferir que menos dum terço dos imigrantes detinha experiência profissional na agricultura nos países de origem, uma vez que o setor dos serviços consistia na segunda principal categoria representada na amostra (Teixeira, 2020b: 10). Portanto, estes dados indicam que a vasta maioria dos imigrantes integrados no setor agrícola não detêm formação, nem experiência profissional no setor da agricultura.

Relativamente ao estatuto legal em Portugal, os dados recolhidos indicam que menos de metade dos inquiridos possui uma autorização de residência, enquanto quase um terço da amostra aguarda a regularização do seu estatuto legal através do artigo 54 da Lei n.º 102/2017 (Teixeira, 2020b: 10). O fluxo migratório para a região do Alentejo desenvolve-se assim através de canais irregulares e os trabalhadores agrícolas solicitam a regulação do estatuto de permanência em solo nacional. Esta situação de precariedade torna-se um obstáculo em termos do seu acesso a direitos sociais, dificulta a integração social e reunificação familiar. Ademais, a falta de estatuto regular aumenta a vulnerabilidade dos trabalhadores estrangeiros estarem expostos a situações de exploração laboral por parte das redes internacionais de recrutamento de mão de obra ou de empregadores nacionais.

Outro dos dados relevantes obtidos através da aplicação do questionário consiste na elevada variação em termos de custos do processo emigratório em função da origem dos imigrantes. Os imigrantes provenientes de países de leste recentemente membros da União da Europeia beneficiam da cidadania europeia e liberdade de circulação, tais como a Bulgária e a Roménia. A elevada mobilidade destes indivíduos ajuda a compreender a intensidade dos fluxos temporários observados no perímetro de rega do Alqueva para desempenhar trabalho sazonal durante as campanhas de colheita da vinha e olival no segundo semestre do ano. Em contrapartida, um terço dos inquiridos indicaram ter realizado pagamento igual ou superior a 7,500 euros para emigrar para Portugal. Este pagamento foi realizado a redes internacionais de recrutamento de mão de obra que facilitam a mobilidade dos trabalhadores dos países de origem para os países de acolhimento (Teixeira, 2020b: 10). Este valor monetário engloba o custo de obter um contrato no país de acolhimento, o cumprimento dos procedimentos burocráticos necessários antes da partida, e os custos do transporte (Martin, 2017; ver Pereira *et al.*, 2021). Os imigrantes não-Europeus investem esse dinheiro para aceder ao espaço Europeu (aliás desconhecem as condições de vida no país) e a sua vinda para Portugal está associada à maior facilidade de regularizar o estatuto legal através da integração do mercado laboral comparativamente a outros países europeus (Pereira *et al.*, 2021).

Em termos de integração laboral do setor agrícola, quase dois terços dos inquiridos indicaram trabalhar na agricultura há menos de dois anos, enquanto os indivíduos que integram este setor há mais de quatro anos consistiam somente em 15.6 por cento da amostra recolhida (Teixeira, 2020b: 11). Desta forma, a integração a longo prazo dos trabalhadores no setor agrícola parece ser restrita o que indica uma reduzida fixação geográfica dos trabalhadores, fator que incentiva à elevada rotatividade da mão de obra. Esta tendência tem custos significativos em termos de desperdício das competências adquiridas pelos trabalhadores e dificulta a integração social dos trabalhadores agrícolas na região. Os principais motivos que incentivaram os trabalhadores inquiridos a trabalhar na agricultura consistem nos salários praticados na agricultura, o conhecimento prévio da elevada procura de mão de obra nesse setor económico, bem como o facto de haver amigos ou familiares já integrados nesse setor. Os dados indicam que pouco mais de dez por cento dos indivíduos incluídos na amostra indicou preferência para realizar trabalho ao ar livre, ou seja, os trabalhadores inquiridos não demonstraram uma vocação especial para o trabalho agrícola que é quase sempre desempenhado no exterior (Teixeira, 2020b: 12).

Dado o carácter sazonal do trabalho agrícola, apenas 38 por cento dos indivíduos incluídos na amostra trabalharam ao longo de doze meses na agricultura, enquanto 35.2 por cento dos inquiridos indicaram ter trabalhado por um período inferior a 6 meses (Teixeira, 2020b: 13). Portanto, a integração laboral dos trabalhadores agrícolas estrangeiros nas explorações agrícolas tem um carácter precário em termos temporais. Relativamente ao rendimento anual obtido durante os últimos doze meses, mais de metade dos trabalhadores indicou ter obtido um rendimento inferior a 5,500 euros e a proporção de inquiridos que indicou ter recebido menos de 7,500 euros ascende a 78.3 por cento da amostra. Considerando que o limiar de risco de pobreza foi avaliado em 6,014 euros durante o ano de 2018, a amostra indica assim a existência dum largo contingente de trabalhadores estrangeiros cujo rendimento anual é inferior a esse patamar (Teixeira, 2020b: 14). Porém, os imigrantes podem não ter a perceção do seu fraco nível de rendimento uma vez que compararam o seu nível de rendimento em Portugal com o padrão inferior verificado nos países de origem ou internalizam as dificuldades verificadas como uma etapa do processo de emigração (Pereira *et al.*, 2021).

Do ponto de vista fiscal, o rendimento dos trabalhadores agrícolas não residentes em Portugal e com origem fora dos estados-membros da União Europeia estão sujeitos a maior carga fiscal que os cidadãos europeus⁴. No sentido de inverter esta situação, a Confederação de Agricultores Portugueses tem pressionado o governo para o estabelecimento de igualdade fiscal entre trabalhadores agrícolas que desempenham o mesmo trabalho. As suas ações alcançaram um sucesso parcial porque a legislação coloca como condição à não aplicação de retenção na fonte dos rendimentos que derivem do trabalho prestado a uma única entidade patronal. Porém, a sazonalidade do trabalho agrícola significa que os trabalhadores agrícolas estão sujeitos a elevada precariedade laboral e normalmente prestam serviços a diversos empregadores ao longo do ano. A carga fiscal dos cidadãos não europeus é assim superior aos restantes, assegurando um balanço bastante positivo para o erário público, sobretudo atendendo ao acesso limitado dos imigrantes aos serviços públicos. A vulnerabilidade em termos de rendimento terá um impacto nos níveis de saúde e de integração social dos imigrantes e das suas famílias, bem como em termos de fixação geográfica a longo prazo na região.

Existem diversas opções políticas que podem reduzir a vulnerabilidade económica dos trabalhadores agrícolas. Do ponto de vista dos empregadores, existe a possibilidade de diversificarem as produções agrícolas de forma a possibilitar o emprego dos trabalhadores durante as diferentes estações do ano, e aumentar a sua fixação geográfica a longo prazo. A rotação dos trabalhadores agrícolas entre regiões e polos agrícolas de acordo com os picos de produção é outra das possibilidades para assegurar maiores níveis de rendimento aos trabalhadores agrícolas durante o ano. Ao nível do estado central, poderia ser instituído um rendimento social de inserção para os trabalhadores agrícolas sazonais que compense os períodos de inatividade de forma a evitar situações de extrema pobreza. O estabelecimento de igualdade fiscal entre trabalhadores agrícolas independentemente da sua origem e do número de empregadores em solo nacional também é importante para assegurar a igualdade de tratamento aos trabalhadores agrícolas, e aumentar os seus níveis de rendimento.

Em termos das condições de trabalho verificadas na agricultura portuguesa, estas foram avaliadas como sendo boas ou muito boas por 42.7 por cento dos inquiridos, e classificadas de medianas por 42.6 por cento da amostra. Somente 15.7 por cento dos inquiridos avaliaram as condições de trabalho como sendo negativas (Teixeira, 2020b: 15). Efetivamente, as explorações agrícolas cuja produção é destinada à exportação são diversas vezes alvo de inspeções por parte dos clientes estrangeiros de forma a assegurar o cumprimento de requerimentos sanitários e avaliar as condições de trabalho. A aplicação do inquérito junto dos trabalhadores agrícolas indicou que quase 60 por cento da amostra indicou não ter recebido qualquer tipo de formação sobre higiene e segurança no local de trabalho. Estes dados levantam algumas dúvidas sobre o cumprimento da legislação laboral, e podem ser um fator que ajude a compreender a elevada sinistralidade laboral entre os trabalhadores estrangeiros.

No entanto, existem episódios de graves violações das condições de trabalho reportadas nos meios de comunicação nacional, sobretudo após a epidemia de Covid-19. No dia 11 janeiro de 2022, registou-se um protesto por parte de 300 trabalhadores estrangeiros à porta da exploração agrícola sediada no concelho de Odemira por terem realizado um corte no valor de renumeração mensal no mês de janeiro apesar do cumprimento das mesmas horas de trabalho que no mês anterior. No seguimento deste protesto, foram abertos processos pela Autoridade das Condições de Trabalho por racionamento ou insalubridade do fornecimento de água aos trabalhadores, bem como pelo incumprimento do código de trabalho. Outras das queixas apresentadas aos meios de comunicação pelos trabalhadores imigrantes consistia na intensificação das cargas de trabalho impostas pelos objetivos decretados pelos seus empregadores (Cordeiro, 2022). Estes episódios sugerem que os trabalhadores estrangeiros no setor agrícola estão a mobilizar-se de forma crescente na defesa dos seus direitos laborais. Em paralelo, verifica-se uma diversidade de perceções sobre as condições de trabalho verificadas nas explorações agrícolas sediadas no Alentejo.

Por último, o projeto de investigação procurou avaliar as condições de habitação dos trabalhadores agrícolas. A vasta maioria dos trabalhadores agrícolas inquiridos reportaram que as suas habitações se localizam fora das explorações agrícolas, e mais de dois terços partilham quartos nos imóveis pagando uma renda inferior a 200 euros mensais (Teixeira, 2020b: 19). Os dados recolhidos indicam que a qualidade da habitação é considerada

como razoável ou positiva por cerca de 85% dos inquiridos, enquanto 15 por cento da amostra tem a opinião contrária (Teixeira, 2020b: 21). Os problemas reportados consistem no elevado custo dos quartos e destes serem partilhados com diversos indivíduos (Pereira *et al.*, 2021). Apesar destes dados indicarem uma perceção positiva, a sobrelotação dos imóveis teve uma forte exposição mediática com a epidemia de covid-19 e consiste num problema social reportado sucessivamente nos meios de comunicação. Este fenómeno resulta da ausência de legislação sobre a sobrelotação dos imóveis habitacionais no quadro legal nacional, o que possibilita a elevada concentração de imigrantes nas habitações, criando problemas de saúde pública.

A criação desse quadro legislativo sobre a lotação máxima dos imóveis habitacionais permitiria ao Estado português dispor dum mecanismo para regular indiretamente a intensidade dos fluxos migratórios para zonas de baixa densidade populacional. Desta forma, o Estado português e os órgãos do poder local poderiam dispor dum mecanismo legal para gerir e prevenir a concentração excessiva de trabalhadores agrícolas em localidades particulares. Na atualidade, a distribuição geográfica dos trabalhadores agrícolas e o grau de sobrelotação habitacional está estritamente ligada às necessidades do mercado de trabalho em detrimento do bem-estar dos trabalhadores agrícolas e das populações locais. A criação de legislação sobre esta matéria e o seu impacto sobre as zonas onde existe elevada pressão migratória poderia ainda incentivar os empregadores agrícolas mais carentes de mão-de-obra estrangeira para se responsabilizarem pela habitação dos seus trabalhadores. Por fim, a criação de albergues geridos por entidades públicas e destinados aos trabalhadores agrícolas sazonais poderia evitar a elevada concentração geográfica dos trabalhadores, e providenciar acesso a condições de habitação condignas e outros serviços sociais. A criação desta infraestrutura poderia fomentar a integração social dos trabalhadores estrangeiros e reduzir a influência das redes internacionais de recrutamento de mão de obra.

Conclusões

Esta investigação explorou o impacto da imigração no setor agricultura na região do Alentejo. A desertificação das zonas de baixa densidade populacional na região do Alentejo em conjugação com a expansão económica observada no setor agrícola gera uma elevada procura de trabalhadores disponíveis. Neste contexto, as redes internacionais de recrutamento de mão-de-obra aproveitam esta carência de mão de obra para dirigir os fluxos migratórios a partir dos países de origem para os polos agrícolas mais afetados por este problema. Neste momento, o fluxo de trabalhadores estrangeiros e a sua concentração geográfica depende exclusivamente do funcionamento do mercado de trabalho da região do Alentejo, uma vez que o Estado central ou os órgãos de poder local têm fracassado na regulação da intensidade deste fenómeno. Dada a desertificação do meio rural, o crescimento da produção agrícola será acompanhado pela crescente procura de mão de obra estrangeira, sendo que a intensidade dos fluxos será também determinada pelas características das próprias culturas agrícolas. Desta forma, a dinâmica de fluxos migratórios observada no perímetro de rega do Alqueva é distinta dos padrões identificados no perímetro de rega do Mira, devido à especialização desta última área na produção de frutos de baga.

Esta investigação sugere que a expansão da agricultura na região do Alentejo possa ser acompanhada pela formação de bolsas de pobreza entre os trabalhadores agrícolas sazonais devido à precariedade da duração dos períodos economicamente ativos e os baixos níveis de rendimento em termos anuais. Os trabalhadores estrangeiros na agricultura suportam atualmente os custos da emigração para Portugal, da regularização do seu estatuto legal, e da sua habitação em condições de sobrelotação apesar de serem indispensáveis para a expansão do setor agrícola. Existem diversos mecanismos legais disponíveis para o Estado Português procurar regular diretamente e indiretamente os fluxos imigratórios para a região do Alentejo, porém a intervenção no terreno caracterizou-se pela intensificação da fiscalização sobretudo durante o período da pandemia de Covid-19. Na ausência de intervenção mais vasta por parte do estado português, os fluxos imigratórios continuaram a desenvolver-se com base exclusivamente nas necessidades do mercado de trabalho e geridos pelas redes internacionais de recrutamento de mão de obra em prejuízo dos interesses dos trabalhadores estrangeiros e das populações locais.

Notas

¹ Este trabalho resulta do projeto "O Impacto da imigração no sector agrícola: o caso do Alentejo", financiado pelo Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração através da candidatura apresentada pela entidade UNIAUDAX ao Aviso 44/FAMI/2018 (candidatura PT/2018/FAMI/352).

² O autor agradece os comentários providenciados pela colega Thais França e o apoio da equipa editorial da Revista Migrações na edição dos gráficos apresentados.

³ O setor agrícola tem apostado fortemente na internacionalização e as exportações deste setor económico aumentaram 409% entre 2000 e 2015, passando de 207 para 1046 milhões de euros (Público, 2016).

⁴ Os rendimentos dos trabalhadores não residentes estão sujeitos a retenção na fonte a título definitivo, à taxa liberatória de 25% de acordo com o Artigo 71.º do Código do Imposto sobre Rendimento Singular.

Referências Bibliográficas

- Borjas, G. (1995), "The economic benefits from immigration", *Journal of Economic Perspectives*, 9, 3-22.
- Carvalho, J. (2018), "'Bringing the state back in': A political economy analysis of Portuguese immigration policy", *Mediterranean Politics*, 23 (4), 501-521
- Cordeiro, A. (2022), "Imigrantes nas estufas do Alentejo assumem luta por um trabalho mais digno", *Público*, 19 de fevereiro.
- Corrado, A., De Castro, C. e Perrotta, D. (eds.) (2017), *Migration and agriculture: mobility and change in the Mediterranean area*, Oxon: Routledge.
- Esteves, A., Esteves, A., Amílcar, A., McGarrigle, J., Malheiros, J., Fonseca, M., Pereira, S. (2017), *Condições de vida e inserção laboral de imigrantes em Portugal: efeitos da crise de 2007-2008*, Coleção *Estudos* do Observatório das Migrações, Lisboa: ACM.
- Fonseca, M. (2008), "New waves of immigration to small towns and rural areas in Portugal", *Population, Space and Place*, 14(6), 525-535.
- Freeman, G. (1995), "Modes of Immigration Politics in Liberal Democratic states", *International Migration Review*, 29 (4), 881-902.
- Freeman, G. e Kessler, A. (2008), "Political Economy and Migration Policy", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 34 (4), 655-678.

- Geddes, A. e Scott, S. (2010), "UK Food Businesses' Reliance on Low-Wage Migrant Labour: A Case of Choice or Constraint?", in M. Ruhs e B. Anderson (eds.), *A Need for Migrant Labour?*, Oxford: Oxford University Press
- Grupo de trabalho do Mira (2018), *Relatório do Grupo de Trabalho do Mira*, Évora.
- Kasimis, C., e Papadopoulos, A. G. (2005), "The multifunctional role of migrants in the Greek countryside: implications for the rural economy and society", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 31(1), 99–127.
- Martin, P. (2003), *Importing Poverty? Immigration and the changing face of Rural America*, Yale: Yale University Press.
- Martin, P. (2017), *Merchants of Labor. Recruiters and International Labor Migration*, Oxford: Oxford University Press.
- Martin, P. e Taylor, J. (2003), "Farm Employment, Immigration, and Poverty: A Structural Analysis", *Journal of Agricultural and Resource Economics*, 28(2), 349-63. Disponível aqui.
- OECD (2013), "The fiscal impact of immigration in OECD countries", in *International Migration Outlook 2013*, OECD Publishing. Disponível aqui.
- Piore, M. (1979), *Birds of passage: migrant labour in industrialised societies*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Pereira, S., Moreno, L., Esteves, A., Esteves, A., & Malheiros, J. (2016), "Reconfiguração de áreas rurais y explotación de mano de obra inmigrante: el caso de Odemira, Portugal", *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, N.º 81, 227-250.
- Pereira, C., Pereira, A., Budal, A., Dahal, S., Daniel-Wrabetz, J., Meshelemiah, J., Carvalho, J. Ramos, M., Carmo, R. e Pires, R. P. (2021), "'If you don't migrate, you're a nobody': Migration recruitment networks and experiences of Nepalese farm workers in Portugal", *Journal of Rural Studies*, 88, 500-509.
- Rye, F. e Scott, S. (2018), "International Labour Migration and Food Production in Rural Europe: A Review of the Evidence", *Sociologia Ruralis*, 58(4). <https://doi.org/10.1111/soru.12208>
- Ruhs, M. (2008), "Economic research and labour immigration policy", *Oxford Review of Economic Policy*, 24 (3), 403–426.
- Ruhs, M. e Anderson, B. (2010), *Who Needs Migrant Workers?*, Oxford University Press.
- Sampaio, D. e Carvalho, R. (2017), "From the Al-Maghrib to the Al-Gharb: an anatomy of the recruitment and labour incorporation of Moroccan agricultural workers in the Algarve, Southern Portugal", in A. Corrado, C. De Castro, e D. Perrotta (eds.), *Migration and agriculture: mobility and change in the Mediterranean area*, Oxon: Routledge.
- Scott, S., McCormick, A. e Zaloznik, M. (2008), *Staff shortages and immigration in agriculture*, London: Migration Advisory Committee.
- Teixeira, S. (2020a), *Impacto da imigração na agricultura: o caso do Alentejo. Questionários às empresas*. Disponível aqui.
- Teixeira, S. (2020b), *Impacto da imigração na agricultura: o caso do Alentejo. Questionários aos trabalhadores*. Disponível aqui.